



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
BACHARELADO EM URBANISMO**

**SIBELLE BRITO GOMES**

**PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS:  
NOVOS MODOS DE VER, USAR E COMPOR A CIDADE**

**Salvador, Bahia  
Julho, 2014**

**SIBELLE BRITO GOMES**

**PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS:**  
NOVOS MODOS DE VER, USAR E COMPOR A CIDADE

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, como parte avaliativa para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> DSc. Débora Nunes

**Salvador, Bahia**  
**Julho, 2014**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB  
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Gomes, Sibelle Brito

Práticas urbanas criativas: novos modos de ver, usar e compor a cidade / Sibelle Brito  
Gomes. - Salvador, 2014.  
45f.

Orientadora: Débora Nunes.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) – Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I. 2014.

Contém referências.

1. Sociologia urbana. 2. Vida urbana - Brasil. 3. Bem-estar social. 4. Cidades e vilas-  
Brasil. I. Nunes, Débora. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências  
Exatas e da Terra.

CDD: 307.760981

**SIBELLE BRITO GOMES**

**PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS:  
NOVOS MODOS DE VER, USAR E COMPOR A CIDADE**

Monografia aprovada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo, Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Banca Examinadora:**

---

Profª DSc. Débora Nunes  
(Universidade do Estado da Bahia – UNEB)

---

DSc. Lorena Volpini  
(Universidade Federal da Bahia - UFBA)

---

Profº DSc. Ordep Serra  
(Universidade Federal da Bahia - UFBA)

Salvador, 29 de Julho de 2014

*E, ainda assim a ameaça do tempo  
Vai me encontrar e me achar, destemido  
Não importa se o portão é estreito,  
Não importa o tamanho do castigo.  
Eu sou o dono do meu destino.  
Eu sou o capitão da minha alma.*

**Invictus**

William Ernest Henley

## RESUMO

O urbanismo é largamente reconhecido nas esferas sociais e administrativas como um elemento do planejamento urbano focalizado essencialmente em projetos cujas realizações e seus subsequentes resultados se estabelecem em concepções de média ou larga escala. Entretanto, desde o fim do século XX, diversos urbanistas vêm despertando e demonstrando a efetividade de projetos e experiências participativas que valorizam ações locais e de pequena escala, trazendo para o cidadão a capacidade, a responsabilidade e o desafio de se tornarem verdadeiros gestores urbanos. O que há de mais poderoso ao cidadão do que muni-lo de ferramentas ativas para o exercício pleno da sua cidadania? Esse trabalho tem o compromisso de apresentar o conceito dos Novos Coletivos Cidadãos, compreender a sua atuação na dinâmica urbana, e trazer consigo novas perspectivas que elevam as esferas do uso da cidade, do pensar e agir urbanisticamente. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o assunto e através dos conceitos adquiridos foram feitas abordagens em campo junto ao movimento Canteiros Coletivos e ao Brechó Eco Solidário. Entrevistas, ações participativas foram realizadas a fim de associar as teorias previamente estudadas com os resultados apresentados em campo. Foi necessário ao fim, compará-las como forma de demonstrar que não existem padrões, mas procedimentos e interesses urbanos comuns como a manutenção de espaços públicos coletivos, fortalecimento de iniciativas cidadãs, projetos colaborativos e o fortalecimento de ações participativas etc. A sociedade está cada vez mais disposta e preparada a se fazer presente e atuante nas questões políticas que envolvam o seu bem estar, apostar nestas práticas urbanas criativas é apostar na criação de novos caminhos que subvertem o contexto das ações sociais mais antigas, dando a elas novas perspectivas, novos desafios e reais necessidades, consagrando assim a metamorfose das atuações políticas que revela à cidade, cidadãos.

**Palavras-Chave:** Coletivos Cidadãos. Experiências Participativas. Cidadania.

## ABSTRACT

Urbanization is widely recognized in the social and administrative spheres as an element of urban planning focused mainly on projects whose achievements and their subsequent results are established in conceptions of medium or large scale. However, since the late twentieth century, many planners have attracted and demonstrating the effectiveness of projects and participatory experiences that value local and small-scale actions, bringing the citizen's ability, responsibility and the challenge to become real urban managers. What's more powerful than the citizen arm you active tools to the full exercise of their citizenship? This work is committed to presenting the Collective Citizens understand their influence on urban dynamics, and bring new prospects that elevate balls city use, the thinking and acting urbanistically. For this, a literature survey on the subject was conducted and concepts acquired through approaches were made in the field next to Movimento Canteiros Coletivos and Brechó Eco Solidário. Interviews, participatory actions were performed in order to associate the theories previously studied with the results presented in the field. It was necessary to end, comparing them as a way of demonstrating that there are no standards, but procedures and urban interests as maintaining collective public spaces, strengthening citizens' initiatives, collaborative projects and strengthen participatory actions etc. Society is increasingly willing and ready to make present and active in policy issues involving their welfare, bet in these creative urban practices is focusing on creating new paths that subvert the context of the oldest social actions, giving them new perspectives, new challenges and real needs, thus enshrining the metamorphosis of political performances that reveal the city citizens.

**Keys-words:** Collective citizens. Participatory experiences. Citizenship.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2.</b>	<b>A ATUAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS</b>	<b>8</b>
2.1.	MEIO AMBIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA NOVA REALIDADE	9
<b>2.1.1.</b>	<b>Brechó Eco Solidário</b>	<b>9</b>
2.1.1.1.	Mobilização e Participação	11
2.1.1.2.	Iniciativa Autogestionária e Economia Solidária	13
<b>2.1.2.</b>	<b>Canteiros Coletivos</b>	<b>16</b>
2.1.2.1.	Mobilização e Participação	17
3.1.2.1	Intervenções e Experiências	19
<b>2.1.3.</b>	<b>Análise</b>	<b>22</b>
<b>3.</b>	<b>EM BUSCA DA CIDADE IDEAL, A ÓTICA DOS NOVOS COLETIVOS CIDADÃOS</b>	<b>24</b>
3.1.	AMADURECIMENTO	28
<b>3.2.</b>	<b>TORNANDO O INVISÍVEL VISÍVEL</b>	<b>31</b>
<b>4.</b>	<b>LIDANDO COM OS DESAFIOS DO PRESENTE</b>	<b>35</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>43</b>
	<b>APÊNDICE I</b>	<b>45</b>

## 1. Introdução

A pesquisa foi desenvolvida com base em práticas urbanas desenvolvidas por coletivos cidadãos atuantes no município de Salvador e que apesar das dificuldades trabalham com eficiência sua proposta de exercer a cidadania e crescer na coletividade. As visões compartilhadas e seus projetos estimulam o interesse sobre suas ações, e convence cada vez mais adeptos, que por fim disseminam e utilizam de suas filosofias em favor das qualidades urbanas de suas comunidades. Desde o momento em que acordamos interferimos no meio ambiente, fazendo diariamente pequenas intervenções urbanas sejam elas positivas ou não. Quando a perspectiva muda, a forma de encarar os questionamentos também se faz, pois a cidade é o lugar de todas as crises, mas é também onde surgem todas as respostas. O objetivo geral do trabalho é compreender a atuação destes coletivos cidadãos na dinâmica urbana de consolidação da cidadania, que trazem consigo novas perspectivas diante do uso e da composição da cidade, para isso é necessário entender o surgimento deles e como se dá esta nova forma de pensar urbanisticamente.

As pessoas sempre estiveram interessadas no local em que vivem nesse sentido tendem a tomar o cuidado da cidade nas próprias mãos. É dessa necessidade de se expressar e tentar mudar a realidade do meio que os coletivos cidadão surgem, práticas sociais que vinculam a transformação do externo a partir das mudanças de cada um, e tem o desafio de viver dentro da diversidade buscando a unidade, baseados numa tríade de visão comum, ação e as regras de relacionamento. Estudá-los é um dos motivos a se render às suas ambições. Planejamentos urbanos efetivos devem sempre partir de baixo para cima, então por que não tomar responsabilidade pela cidade?

O trabalho foi estabelecido a partir de uma abordagem qualitativa, construída através da observação e coleta de dados semanais junto aos Canteiros Coletivos, foram também realizados procedimentos técnicos baseados no estudo de caso, tendo o pesquisador como participante atuante das atividades, no caso do Brechó Eco Solidário faz-se uma análise *ex-post facto*; além da participação em reuniões preparatórias e documentação direta desenvolvida com base em livros e materiais publicados. Para o projeto, com foco exploratório, procurou-se maior familiaridade com o problema através da realização de entrevistas, e observação de fatos, registrados e analisados procurando entender, o que esses coletivos fazem?, para

quê?, como?, quando?, no intuito de identificar fatores determinantes para a ocorrência do fenômeno, interpretando, perguntando-se o por quê e estabelecendo as associações necessárias com as teorias previamente estudadas apontadas por NUNES e MALTCHEFF (2014), ROSA (2013) e SOUZA (2006). Foi necessário ao fim, compará-las como forma de demonstrar que não existem padrões, mas procedimentos e interesses comuns. A pesquisa subdivide-se em cinco capítulos nos quais se insere a presente introdução, que corresponde ao primeiro. No segundo capítulo serão apresentadas as experiências participativas estudadas: Brechó Eco Solidário e o Movimento Canteiros Coletivos. No terceiro capítulo será feita uma abordagem acerca do surgimento e da dinâmica dos novos coletivos cidadãos, sua essência política, importante na organização, caracterização e realização de suas ações. No quarto capítulo, é desenvolvida uma comparação da teoria estudada alinhando-se às práticas apresentadas levantando suas funções vitais de organização. E por fim as considerações finais. Esse trabalho é uma investigação exploratória, motivada basicamente pela curiosidade intelectual da pesquisadora.

## **2. A Atuação das Experiências Participativas**

Viver em Salvador não é tão mágico quanto parece, a imagem de cidade perfeita desenhada de verão à verão distorce parcialmente a realidade, encobrendo suas reais adversidades. Salvador como nas demais capitais brasileiras não foge aos grandes padrões de urbanização que trás consigo desafios de efetividade e controle diante de seu planejamento, enfrenta problemas sérios de custo de vida, problemas urbano ambientais, de mobilidade urbana, habitação, serviços etc. Considerada a cidade mais populosa da região Nordeste e a terceira maior capital do país, segundo o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD, 2013) é responsável por concentrar as áreas com os maiores indicadores de pobreza de sua Região Metropolitana. Para se ter ideia da dimensão das diferenças sociais, a orla atlântica, área nobre da cidade tem os mais altos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, muito diferente do que se verifica nos bairros menos assistidos, onde um morador recebe em média 25 vezes menos e usufrui de serviços incompatíveis com suas necessidades urbanas e sociais.



**Imagem 2 – Salvador, Bahia.**  
**Fonte: [tribunadabahia.com/Reprodução](http://tribunadabahia.com/Reprodução)**

As contradições também se materializam nas questões ambientais, a forma com que os bairros constroem e urbanizam o meio ambiente urbano, dificulta a permanência de elementos ambientais diretamente ligados a algumas amenidades urbanas, como árvores, praças, parques e canteiros verdes. Em média, quanto mais pobre for o lugar, menor será a chance de manter áreas verdes públicas. As cidades em si movidas há séculos pelas transações econômicas se transformaram em máquinas financeiras, abafando o significado de lar das pessoas, criou-se em certas circunstâncias a degradação da qualidade de vida antes associada a ela. Nesta perspectiva, o desafio atual tem se configurado em desenvolver, diante das expectativas dos cidadãos, soluções para problemas urbanos e globais de forma tão rápida quanto os que foram criados, tanto na economia, educação, cidadania, urbanismo, meio ambiente e outros. As iniciativas a seguir, o Brechó Eco Solidário e os Canteiros Coletivos respondem a algumas dessas necessidades particulares, e como essência das práticas participativas revelam o quanto os meios alternativos e criativos podem promover mudanças urbanas significativas.

## **2.1. Meio ambiente e economia solidária, uma nova realidade.**

### **2.1.1. Brechó Eco Solidário**

O evento Brechó Eco Solidário é um grande mercado de trocas que tem como objetivo beneficiar o meio ambiente através das práticas do consumo consciente, despertando o exercício da cidadania, a partir da construção de novos valores relacionados à forma de consumir. Realizado anualmente desde 2006, começou

dentro de uma universidade particular da capital baiana como projeto de extensão e somente a partir de 2009 foi transferido para o espaço público do Parque da Cidade. Trata-se de uma nova modalidade de adquirir bens e produtos por meio da mobilização social, desde o início do projeto percebeu-se que a sociedade preocupava-se muito em ter e consumir bens materiais, onde o excedente, sem finalidade, virava lixo.



**Imagem 3 - Moeda Social – Grão**  
**Fonte: Cartase/Reprodução**

Gerido pela moeda social “Grão”, o evento, é de caráter pedagógico, cultural, político, e propõe a todos participantes o estímulo ao desapego de produtos que não são usados ou não possuem utilidade real. A iniciativa do projeto consegue dar vida útil à esses produtos inutilizados e em bom estado, por meio de ações de conscientização sobre os efeitos do consumo exagerado. A prática estabelece relação direta com a produção sustentável de bens, pois discute o processo de consumo, com argumentos que priorizam evitar desperdícios, utilizando-se e estimulando o uso de produtos mais saudáveis, cuja produção seja social e ambientalmente correta.

### **Manual para operacionalização**

#### **Como trocar produtos por moeda social**

Cada produto disponibilizado para o Brechó valerá um Grão. A conversão das mercadorias em moeda social será feita nos bancos de troca, em local pré-definido, até 30 dias antes do evento.

#### **Preço de venda**

O conjunto dos produtos trocados nos bancos de troca (cada um por um Grão) será avaliado pela comissão organizadora do Brechó para que para alguns produtos sejam atribuídos valores maiores que um Grão, podendo variar de 2 e 4 Grãos a depender do valor uso e qualidade do produto. Este mecanismo visa aumentar a demanda pela moeda social, com intuito de valorizá-la e com isto favorecer a circulação de moedas no Brechó.

**No dia do evento**

As mercadorias ficarão expostas com seu valor social em lugar visível, onde os visitantes poderão adquiri-las. Quem não tiver moeda social suficiente deverá comprar (em reais) produtos de empreendimentos de Economia Solidária presentes no Brechó, para receber troco em moeda social (cada grão equivale a um real) e assim poder comprar mais. Haverá também um posto de troca de produtos para a aquisição de grãos.

**Quadro1 – Manual**

**Fonte: Elaborado com base no Portal Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania**

**2.1.1.1 Mobilização e Participação**

O funcionamento do evento é dividido em fases, iniciadas sempre com as reuniões de coordenação, formada com um membro de cada comissão do Brechó. Para a organização, é exigida uma preparação prévia onde são definidas as ações que antecedem o projeto e que são fundamentais para sua realização. O primeiro passo é estabelecido através de um plano estratégico para que a comunidade interna conheça as propostas e participe através de ideias e ações transmitidas através de encontros periódicos. Esses encontros tendem a começar nos primeiros meses do ano - março ou abril - e duram até outubro, quando ocorre de fato o projeto. Durante esse período é necessário descrever algumas das atividades a serem cumpridas para no dia do evento garantir infraestrutura e segurança aos participantes. Esses elementos vão desde a montagem e desmontagem das estruturas, recebimento e arrumação dos produtos e empreendimentos de economia solidária à configuração do banco solidário, responsável pelo controle e emissão da moeda social. Assim como em todas as oportunidades de crescimento, a coordenação começa a pensar o evento a partir do ano anterior, mudando de acordo com as avaliações, feitas pela equipe, de todo o processo. Com o objetivo maior de se chegar ao formato ideal, essa avaliação desenvolve critérios a partir da metodologia aplicada nas atividades realizadas antes e durante o evento.

Nos meses de julho e agosto organiza-se a mobilização dos voluntários e de forma sistemática são oferecidos certificados de participação, adquiridos como consequência ao curso de formação cidadã de aproximadamente 3 meses organizado pelo projeto. Nesse processo, cada voluntário se insere nas comissões, com foco em aprender o que se entende por consumo consciente e economia solidária, discernindo toda a metodologia que envolve a troca da moeda social,

compondo assim a organização da parte cultural e logística do evento. Esses princípios são assertivamente assimilados nos encontros estabelecidos em uma ecovila de economia solidária como Terra-Mirim, fundação comunitária sem fins lucrativos, que serve ao propósito da integração homem/natureza, localizada em Simões Filho ou na Fazenda Sabiá em Itabuna, litoral sul da Bahia.

Os voluntários, como parte da rede de economia solidária, funcionam, durante a formação, como postos de troca itinerantes e recebem pelo menos 10 Grãos cada para levantar produtos para o evento, e ao fim do processo formativo, estarão prontos a atuar no Brechó como agentes transformadores. Além desse núcleo de formação dos voluntários, o corpo do projeto é constituído por feiras de produtos de cooperativas de economia solidária, atividades de cuidados corporais (massagem, reiki, ioga, qi gong, biodança, etc), atividades de educação ambiental, espaços de diálogo e reflexão coletiva, e da promoção de momentos de convívio integrativo. Qualquer pessoa pode ir ao espaço do projeto e trocar seus produtos usados pela moeda social, no Brechó são aceitos todos os tipos de produto em bom estado de conservação desde roupas, livros, brinquedos à acessórios e utensílios domésticos. Nas experiências realizadas até agora, viu-se que muitas pessoas que passam pelo espaço de trocas acabam se interessando por alguns produtos, porém como não têm a moeda social, não participariam diretamente do brechó, dessa forma, os interessados são encaminhadas a empreendimentos de Economia Solidária, onde viabilizam a compra de produtos com moeda oficial, e recebem o troco em moeda social, podendo assim participar e desfrutar das trocas solidárias.

O Brechó Eco Solidário é uma prática urbana que assim como acontece em diversos outros países se baseia no reaproveitamento, todo o excedente de produtos trocados é doado à instituições, entre cooperativas, creches e associações de bairro.

Para Débora Nunes, coordenadora do projeto,

“Esta forma de trocar produtos dissemina novas práticas econômicas a partir da vinculação de duas economias: a economia solidária, baseada no uso da moeda social como instrumento de mensuração do valor de troca dos produtos do brechó e a economia formal, que utiliza a moeda corrente para comercializar os produtos que são disponibilizados à venda pelos empreendimentos de economia solidária, e que podem repassar troco em moeda social. É neste momento que as s economias se encontram no Brechó.” (NUNES, 2014 – entrevista)

Nos últimos anos o projeto passou por apenas uma adaptação, pois o evento, realizado em apenas um fim de semana, tinha como foco a realização essencial do mercado de trocas, no entanto percebeu-se que o que deveria ser um momento tão prazeroso para os voluntários quanto estava sendo para os participantes, não ocorria, pois estavam sobrecarregados com a demanda e organização dos produtos, não usufruindo dos benefícios do evento que passaram meses elaborando. Dessa forma resolveu-se alocar as atividades do mercado eco solidário para um dia apenas, sendo outro dedicado inteiramente às atividades culturais e ao fortalecimento dos diálogos consistentes. Durante todos esses anos de realização das práticas percebe-se que a evolução do evento está diretamente conectada à maturidade das pessoas envolvidas, e em como se consegue transmitir a tecnologia do Brechó com mais tranquilidade. Para se ter ideia, hoje existem diversos lugares que realizam mini brechós compartilhando o formato do Eco Solidário, sinal de que a tecnologia utilizada pela equipe é clara e didática.

### **2.1.1.2 Iniciativa Autogestionária e Economia Solidária**

A organização, autogestionária, conta anualmente com centenas destes voluntários e é promovida pela Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania, grupo que integra professores, estudantes e funcionários de universidades e faculdades locais (UNIFACS, UFBA, UFRB, UNEB, UNIJORGE etc.), além de integrantes de organizações públicas (Instituto Mauá, Parque da Cidade) e organizações da sociedade civil (empreendimentos de economia solidária, Instituto Roerich, Fundação Terra-Mirim, entre outras). Segundo Kátia Santos, coordenadora do evento, na medida em que o projeto foi crescendo e ganhando mais adeptos e notoriedade, viu-se a necessidade buscar mais infraestrutura, e como é um acontecimento de inclusão, foram sendo aceitas todas e quaisquer parcerias que respeitassem os princípios do evento. Essas parcerias, assim como os voluntários, participam ativamente do projeto com representantes na comissão de organização, ou até mesmo contribuindo com publicidade, alimentação, transporte, materiais e espaços. Quando se entendeu o valor dessas redes parceiras, procurou-se captar recursos do governo e de editais junto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB - de onde vem os recursos para as passagens dos convidados

da Rede Internacional do *Dialogues en humanité*, apoio da Secretaria do Trabalho, Emprego e Esporte e por demanda espontânea junto à plataforma Catarse, sistema online que permite contribuição financeira de qualquer pessoa do mundo.

O Brechó Eco Solidário é por assim dizer a representação brasileira da rede *Dialogues en humanité*, que teve origem em 2002 em Lyon, na França, e hoje está presente em diversos países como Índia, Marrocos, Alemanha e Etiópia. Esta rede, fonte do projeto, se baseia no diálogo público sobre desafios econômicos, sociais, ambientais e espirituais da humanidade permitindo a experimentação de soluções inovadoras na própria sociedade para alavancar as ferramentas para se encarar diversos desafios urbanos que surgem na sociedade contemporânea. O Brechó Eco Solidário é um evento onde todos são responsáveis diretos pelo seu êxito, nesse passo qualquer conflito que haja é devidamente gerido, compreendido e solucionado pela equipe, pois antes de começar qualquer atividade, é feito um acordo entre os participantes, o do “perdão prévio”, é uma forma de manter as relações em comum acordo e de fácil articulação e aceitação do próximo, eliminando toda e qualquer crise. A autogestão ainda é um grande desafio nas relações contemporâneas, em um evento como esse, em que se envolve um número significativo de pessoas, percebe-se que nem todas conseguem manter o mesmo nível de entendimento a cerca das obrigações. Enquanto algumas comissões entendem a sacada do processo autogestionário, de tomar para si a responsabilidade, e dar continuidade às ações com liberdade, sem hierarquia, existem outras que ficam a espera de ordens deliberativas, o que por ventura está mudando, pois o ambiente estimulado pelo evento mantém a essência da corresponsabilidade.

Para além disso, a presença de jovens em iniciativas como essa se dá por meio de uma nova perspectiva de lidar com o meio ambiente e com o consumo, e se constrói no saber e no conhecimento de que o evento é em si uma fonte de experiências e aprendizados progressivos sobre que darão ênfase nos debates e discussões sobre a preservação do meio ambiente, e a relação com outras pessoas, alimentando um espaço em que o qualquer um pode ser ouvido e respeitado.



**Imagem 4 – Roda de Diálogos**

**Fonte: Facebook Brechó Eco solidário/Reprodução**

Em resposta ao capitalismo usual, a economia solidária é segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem exploração, sem levar vantagem e sem destruir o ambiente, pois a base é cooperar para fortalecer o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Nesse sentido, a cultura acolhedora do município de Salvador contribui bastante para a realização do projeto, pois é um lugar coberto de atividades culturais, e que possui uma tendência muito forte de aceitação quando se trata da inovação cultural e cívica.



**Imagem 5 – Mercado de Trocas**

**Fonte: Facebook Brechó Eco solidário/Reprodução**

Nos últimos anos esse tipo de ação solidária tem se apresentado de forma inovadora como alternativa de geração de trabalho e renda, e como resposta a favor da inclusão social, permitindo que os participantes exercitem as práticas participativas, com apoios externos, ou de assistência, principalmente na cooperação de interesses e objetivos comuns.

Essa viabilidade econômica que permite sempre relações com as comunidades locais e valorização dos participantes com oportunidades que os conduz ao desenvolvimento de condições de qualidade de vida, enaltece as relações mútuas com movimentos sociais que compartilham das mesmas visões e filosofias do grupo, fortalecendo as redes sociais estabelecidas.



**Imagem 6 - Brechó Eco Solidário**  
**Fonte: Facebook Brechó Eco Solidário/Reprodução**

Assim, a economia solidária, vista como novo horizonte para diversos setores e relações econômicas, aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, pois, assim como é de desejo de seus colaboradores e participantes, os resultados, sejam eles políticos e/ou culturais serão sempre valorizados, revertendo a lógica capitalista, se opondo à exploração do trabalho e dos recursos naturais, e principalmente considerando o ser humano sujeito e finalidade de suas ações.

### **2.1.2. Canteiros Coletivos**

Em 2012 um grupo de amigos resolveu criar um coletivo cidadão que desenvolvesse a recuperação de espaços públicos em Salvador. E das experiências vividas nasceu o movimento Canteiros Coletivos. O grupo, em intervenções urbanas que ocorrem duas vezes ao mês, ministra oficinas teóricas e práticas acerca do aprendizado das funções urbanas de um espaço público, levantando formas de como revitalizá-lo, estimulando a comunidade a ocupá-lo. Dentre os diversos motivos que têm contribuído para reforçar o engajamento da iniciativa, a carência em áreas de vivência coletiva, canteiros, praças e áreas verdes que não estejam degradadas e abandonadas pelo poder público local e principalmente pelos moradores do entorno são uma das essenciais. Segundo Débora Didonê, coordenadora do projeto esse fator é um grande estímulo para a concretização das intervenções pretendidas pelo projeto, porém não é simplesmente a condição do ambiente que influencia as ações, mas a consciência democrática e participativa.



**Imagem 7 – Ação Participativa**  
**Fonte: Portal Canteiros Coletivos/Reprodução**

### **2.1.2.1. Mobilização e Participação**

O coletivo tenta fazer com que as pessoas tenham um contato mais lúdico e orgânico com os espaços da cidade, e através dessas experiências passar a mensagem de que a participação torna as pessoas gestoras do espaço. Projeto autogestionário, assim como ocorre no evento do Brechó Eco Solidário, não há a figura do chefe, mas líderes mobilizadores que são responsáveis por mostrar o quanto se pode fazer a diferença quando o foco é melhorar o meio ambiente urbano em que vive, contribuindo para o sucesso de uma intervenção que busca impulsionar o aprendizado da cidadania.

Com uma média de 20 a 30 pessoas participando em cada intervenção, turma que se renova e se encontra nas redes sociais, o grupo se mobiliza de acordo com o espaço que precisa ser recuperado. As oficinas, estruturadas para formação cidadã e discussão ambiental, são divididas em ensinamentos sobre os princípios da ecologia, planejando o uso do espaço de forma integrada através dos princípios básicos dos ciclos naturais de energia e da matéria além do desequilíbrio na relação homem/terra. A partir disso aprende-se a prática em jardinagem e paisagismo com noções em plantio e manutenção dos jardins, manejo de ferramentas e do solo; arte urbana, que como conceituada anteriormente procura transmitir noções básicas de pintura, uso de cores e texturas, buscando dos voluntários a expressão da sua comunidade através da arte e por fim uma oficina de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e liderança que objetiva a capacitação de jovens sobre o conhecimento do espaço urbano, estimulando a produção de textos, vídeos, fotos e áudios, materiais em geral que registrem as intervenções no bairro, servindo de inspiração para os demais interessados.



**Imagem 9 – Prática**  
**Fonte: Acervo Pessoal, 2014.**

Existe uma equipe que coordena as experiências, e para que as ações se desenvolvam como desejado são feitas reuniões mensais de avaliação e planejamento, onde estimam sobre as oficinas, e reuniões quinzenais com instrutores discutindo-se as metodologias, conteúdo e trocas entre as oficinas para manter a dinâmica do conhecimento integrado. Apesar de cada agente possuir uma função específica, todas as decisões são compartilhadas e analisadas em conjunto.

### 2.1.2.2. Intervenções e Experiências

O processo inicial de intervenção urbana pode ser adaptado à realidade de qualquer lugar, e começa sempre com a escolha do espaço, partindo para o exercício de imaginação e visualização de suas potencialidades. Se o local escolhido apresentar qualquer tipo de resíduo sólido é feita a limpeza do terreno, utilizando equipamentos de proteção individual, atentando para a seleção do material para posterior reciclagem ou reaproveitamento.



**Imagem 8 – Limpeza**  
**Fonte: Acervo Pessoal, 2014.**

Após essas etapas, o plantio é o momento mais atrativo na transformação e utiliza sempre espécies nativas e de fácil adaptação às condições do ambiente, quanto mais diversidade melhor. Aproveitam-se então projetos artísticos criativos que destaquem os elementos culturais da comunidade e agreguem valor à identidade local imprescindível à mudança de perspectiva.

Há diversas formas de contribuir com as atividades, desde mutirões em que o participante contribui com o que pode, doando materiais, ferramentas e mudas, caronas solidárias, divulgação das ações, organização do espaço, recepção de novos participantes, registro fotográfico, vídeos, pois a interação aumenta o vínculo entre as pessoas e com o espaço em transformação.

A recuperação ambiental não é o resultado final do trabalho dos Canteiros Coletivos, é necessário dar significado ao lugar, estabelecer atividades sociais que mantenham a comunidade presente e se responsabilizando por elas, ocupar o canteiro é a melhor forma de mantê-lo vivo e preservado.



**Imagem 11 – Intervenção artística**  
**Fonte: Portal Canteiros Coletivos/Reprodução**

As preocupações do grupo sempre recaíam sobre a precariedade das estruturas públicas, o primeiro encontro denominado de canteiro piloto, no Vale da Canela, entre os bairros da Graça e do Canela foi essencial para que se pensasse de vez as iniciativas. Hoje com intervenções espontâneas, as áreas do Gantois e do Engenho Velho de Brotas são oficinas formativas periódicas, onde materializa a ideia de potencializar as ações nas comunidades, outro componente importante é a capacitação destas jovens lideranças, o projeto recebe pessoas de todas as idades, mas a grande presença de jovens no movimento pode ser associada ao momento criativo dessa fase em que não se está na condição de infância em que se é criativo, mas não se apropria de ferramentas políticas, nem na fase adulta (sem aqui aplicar a generalização) em que talvez estivesse rendida a conjuntura atual das ações, relações e resultados sociais.

O jovem em si, dispõe de visão e de disponibilidade para sair dos padrões e usar outras linguagens a fim de atingir seus objetivos. Mesmo assim como ocorre em diversos outros coletivos cidadãos, há sempre muitas crianças, idosos e famílias que aparecem e se comprometem com a filosofia do grupo. As intervenções urbanas sequenciadas pelo movimento se constituem numa parceria com o Instituto de Permacultura da Bahia viabilizou a aprovação do Projeto Formação Cidadã e Portal dos Canteiros Coletivos através do apoio do Oi Futuro, instituto de responsabilidade social da Oi, que passou a fazê-las junto ao coletivo.

A partir dessa relação que estas experiências transformaram-se em propostas mais direcionadas. Esse processo foi importante para que surgisse o formato do projeto e que definitivamente estivesse voltado para o espaço público. Assim as pessoas

poderiam simplesmente se aproximar e participar. A união com essas instituições formais deu suporte ao movimento e trouxe da melhor forma conhecimento e investimento ao projeto.



**Imagem 10 – Diálogos**  
**Fonte: Acervo Pessoal, 2014**

Em visitas feitas a outros países com situações urbanas mais harmoniosas que as do Brasil, Didonê percebeu as diversas ações participativas deflagradas pelas comunidades, a sociedade brasileira nessa perspectiva tem muito a caminhar para tornar a participação tão natural quanto nos demais países. Só para se ter ideia da relevância dessas ações, apesar destes países (Holanda, Estados Unidos etc.) apresentarem metodologias gestionárias avançadas, cidades mais estruturadas, ainda apontam deficiências urbanas mesmo que mínimas, por melhor que uma prefeitura seja ela não dá conta de tudo, as pessoas precisam gerir junto, a gestão tem de ser participativa para que as coisas perdurem e se transformem e se renovem, é necessário esta percepção para o funcionamento colaborativo de uma cidade, pois existem milhares de indivíduos que se privam do pensar espaço público, do pensar a cidade e acomodam as decisões do todo a um grupo político que concentra a governança, o investimento e todas as decisões futuras.

A essência do movimento busca esse resgate do indivíduo como cidadão, pois quando se impõe o cidadão a fiscalizar, opinar, fazer projetos, dialogar com o poder público, está se formando políticos que se entendem como gestores públicos, para ter o ambiente recuperado como defende ROSA (2013), basta fazer a transformação, praticar o urbanismo feito à mão. Por ser um trabalho em longo prazo, parcerias locais foram sendo formadas, e envolve principalmente a comunidade. Hoje, o grupo que começou advertindo uma ausência que os incomodava, é convidado por ela a intervir nos canteiros da cidade e ainda busca

diversificar as discussões urbanas através da multidisciplinariedade dos participantes. Um dos grandes desafios do movimento Canteiros Coletivos é manter o entusiasmo, a proposta do grupo em estudar e atuar no espaço urbano tem em si um potencial muito grande, o poder público local já os procurou, junto à Secretaria de Sustentabilidade tendo em vista a efetivação de trabalhos ambientais na tentativa da prefeitura em recuperar e/ou revitalizar áreas para a Copa do Mundo, mas infelizmente não se inclinaram a investir nas oficinas de aprendizagem que o projeto mantém. Existem meios de transformar esses espaços na perspectiva local, o que é extraordinário, mas acredita-se que a gestão participativa dessas atividades junto ao governo permitiria a disseminação do conceito e ampliaria sua abrangência.

### 2.1.3. Análise

As duas experiências têm em comum o fato de atribuírem à um local comum, um espaço público e coletivo, o lugar ideal para desenvolver suas atividades e promover as discussões e os diálogos, pois de maneira educacional o espaço permite que as pessoas se associem livremente e se juntem para aprender, ensinar, compartilhar trocar experiências e ideias, permite ser cidadãos. Especiais que são e igualmente frágeis por fazer parte de um movimento minoritário são tendenciosamente fortes, pois ambos entendem a solidez dada aos laços de confiança e articulações em rede que funcionem na base da amizade, ampliar seus contatos e entrar em sintonia com outros grupos que dividem filosofias semelhantes será sempre fundamental, pois é como se constrói a resistência.



**Imagem 12 – Roda de Conversa**  
**Fonte: Portal Canteiros Coletivos/Reprodução**

Entender o papel do cidadão no meio é essencial e os diálogos são uma ferramenta de poderes incríveis e definitivamente muito usados por eles, construídos na forma mais simples e encorajadora possível são sempre importantes e bem vindos, todo e qualquer participante tem o espaço de opinar e trocar suas experiências, assim crescem coletivamente, os debates e rodas de conversa patrocinada por estes coletivos são simplesmente fundamentais, toda ação cidadã se desenvolve a partir das tomadas de decisão e da compreensão do seu lugar diante dela, assim “conversar” é sempre a melhor opção.

Os projetos entendem a necessidade da concepção de responsabilidade e do poder compartilhado, ainda existe uma tradição, mesmo que subconsciente, sobre hierarquia, do poder verticalizado e sua efetividade, onde a relação se estabelece através do “faça!” e não do “posso fazer!”, no entanto essas oportunidades participativas instigam a proatividade, reverberando atitudes de tomar para si a consciência de suas obrigações e promover suas práticas da melhor forma possível, pois o participante faz parte e contribui diretamente para os resultados finais. O princípio da abundância trazido por NUNES e MALTCHEFF (2014) se familiariza com estas experiências participativas, uma vez que cada indivíduo pode se sentir parte do todo e se constituir de contatos, saberes profissionais e talentos diversos que enriqueçam o projeto, o importante não é o dinheiro disponível, nem os meios técnicos disponibilizados, mas a riqueza humana da equipe que trabalha numa abordagem transversal e coletiva, pois quando se acolhe a contribuição de cada um, naturalmente os processos são mais soltos e dinâmicos, elementos necessários à fluidez das práticas urbanas criativas. Na diversidade, ambas em sua maneira, favorecem a participação de todos os interessados, envolvendo e compartilhando com os mais variados públicos, desde crianças à idosos, ricos e pobres, homens e mulheres, quanto mais diversidade mais enriquecedora é a experiência, ressaltando que com foco na formação de jovens lideranças, acreditam ser esta a chave para a persistência das iniciativas, enérgicos e criativos, têm por essência o espírito aguerrido e principalmente a mente aberta para as transformações sociais e culturais do mundo, compreendem que não há espaço para injustiças, mas para o aprendizado. E por fim por terem perspectivas de atuação em rede, buscam sempre articulação com outras iniciativas locais que juntas fortalecem-se mutuamente e mantêm suas atividades interligadas, as duas experiências se diferem apenas no modo como perseguem seus objetivos, enquanto o Brechó Eco Solidário procura

estimular a consciência ecológica através do mercado de economia solidária e de seus espaços de diálogo e interação cultural, o movimento Canteiros Coletivos se dispõem à agir praticamente nos espaços públicos e áreas verdes em Salvador, junto aos diálogos e discussões ecológicas que os fundamentam.

### **3. Em busca da cidade ideal, a ótica dos Novos Coletivos Cidadãos.**

Somos mais de 7 bilhões de pessoas no planeta e comprovadamente mais da metade da população se concentra nos grandes centros urbanos, nessa perspectiva não há dúvidas de que pensar e estabelecer cidades sustentáveis são uns dos maiores desafios da humanidade no século XXI. A cidade ideal, o surgimento desse desejo quase que incessante acompanhou quem viveu e acredita no urbanismo. Ao longo do tempo, a cidade sempre foi o resultado das relações que se estabeleceram entre suas forças sociais, e para muitos de nós será ao final o objeto da mudança. Os pensamentos que norteiam todos esses desejos e projeta suas ações vislumbram a utopia, que de modo geral assume a essência de algo que não existe e/ou de algo que é difícil de ser concretizado. Mas ser utópico é importante, utilizando-se a utopia Paulofreireana<sup>1</sup>, por exemplo, admite-se que a concepção do modo *estar-sendo-no-mundo* que exige o conhecimento da realidade, permite a possibilidade de projetar, de lançar-se adiante sobre suas ideias, lhe oferece a chance de mudar. Conviver com essa perspectiva de utopia é interessante, porque há o rompimento de barreiras, não se menospreza as ideias inovadoras, que fluem livremente, sendo construído um verdadeiro *brainstorm* de criatividade. Assim, a realização de um projeto de cidade ideal perpassa por um processo de superação da cidade real vista que nesta, cheia de equívocos, gera desgaste e desesperança suficientes para que seja possível desejar soluções de um presente futuro. Se existir utopia, existe criatividade, existe humanidade, existe cidade. A utopia apresenta uma dialética de transformação das estruturas sociais em que o homem, impulsionado pela esperança busca cada vez mais “ser mais”. E são nessas transformações que surgem as oportunidades de mudança, quando olhamos a cidade a fim de registrar o que nela existe, exercitamos nossa percepção sobre o espaço, sobre as pessoas que nele habitam e sobre aquilo que há de bom ou de

---

<sup>1</sup> Discutida por Sônia Felipe em “O conceito da utopia na proposta Paulofreiriana” – PUC/RS, 1979.

ruim em nossa sociedade. Todos os dias fazemos nossas próprias leituras, nos deparamos com diversas situações que genericamente são encaradas da mesma forma engessada e “monocromática” de sempre se repetindo e acomodando o processo criativo e dinâmico que é a cidade. O declínio, a descrença e a incerteza dos núcleos tradicionais - partidos políticos, poder público, Instituições religiosas - e de algumas iniciativas da sociedade civil sustentam essa tendência de mudança dos paradigmas e a procura por práticas urbanas criativas. A postura conservadora por parte delas existe por se configurar em uma sociedade ainda emergente de princípios sociais autogestionáveis e horizontais, as ações coletivas e os próprios coletivos cidadãos se recusam a apenas fazer parte do meio civil concentram sua energia na construção de alternativas possíveis e exequíveis de transformação do mundo que o cerca. Quando NUNES e MALTCHEFF (2014) citam a metáfora inspirada na metamorfose, trás a simples e desafiadora visão dos novos coletivos cidadãos. No interior de sua estrutura molecular, as borboletas possuem o que os biólogos chamam de células imaginais, células especiais que diferente de todas as outras trazem consigo um código genético capaz de transformar um simples corpo aprisionado em uma linda borboleta. Esses coletivos são células especiais, que dentro de uma sociedade ainda engessada, se associam e trabalham pela transformação através da multiplicidade das práticas e experiências, dando confiança e amplitude a imagem da nova sociedade a que se dispõe modelar. “Essa sociedade em gestação não será visível enquanto a confiança nela não for largamente difundida” NUNES e MALTCHEFF (2014, p.18) e para isso, precisam atuar em conexão para que sejam de fato verdadeiras células imaginais da sociedade do futuro.

O vigor e a criatividade dos agentes de renovação estão constituindo o ‘terceiro poder’ - como Nicanor Perlas define a sociedade civil - no processo de construção da ‘sociedade cívica’ que influi, agindo, na Política. Uma multidão crescente de organizações mostra a vontade dos cidadãos de se apropriarem do poder de agir, de criar e de controlar o exercício do poder tradicional. NUNES e MALTCHEFF 2014 p. 27)

O engajamento destes cidadãos, longe da tradicional cultura do planejamento urbano, busca oferecer soluções para os desafios que os centros urbanos apresentam, ONG’s, movimentos comunitários, de estudantes etc. emergem e

mostram o despertar da sociedade civil. O foco sempre foi promover na escala local, uma infraestrutura social que melhorasse as condições de vida, o ponto de vista e a relação das pessoas com a cidade. Esse aspecto, de um urbanismo ao alcance de todos, desmistifica sua característica tecnocrática e valoriza as transformações urbanas embutidas nas iniciativas comunitárias. Por essa dinâmica, esses grupos, ainda que pequenos, procuram agir de maneira diferenciada, e, movidos pelas dificuldades e contradições, aprendem a abrir cada vez mais possibilidades de evolução pessoal e coletiva. Em 1968 ao introduzir o conceito do direito à cidade à cena urbana, Henri Lefebvre citou a necessidade do resgate do homem como o principal protagonista na modelagem da cidade que construiu, pois não se trata apenas do direito de usufruir o que já existe, mas o de construir diferentes tipos de cidade que queremos que existam.

A questão é que se o 'povo', se as 'massas' não necessariamente agem/reagem de maneira construtiva ou coerente, é das bases sociais, da sociedade civil que podem surgir experiências inspiradoras, e no longo prazo resistências e tendências de reversão. (SOUZA, 2006 p. 328)

O agir coletivamente se ergue paulatinamente, e como peças de lego, procura conectar-se adequadamente à cena pública, as ações participativas são melhores porque estão em rede, e transmitem na mesma frequência a sua filosofia alinhando seu discurso à prática.

O preconceito elitista segundo o qual especialistas decidindo em nome da maioria, garantem maior eficiência, é falacioso. Na verdade, se poucos decidem e a maioria, ainda por cima, não tem chances de monitorar ou controlar adequadamente esses poucos as chances de desperdício de tempo e recursos e erros de avaliação são bem maiores. (SOUZA, 2006 p. 190)

Para Marcelo Lopes de Souza, sociólogo urbano, as cidades são verdadeiros laboratórios de experimentos democráticos, uma escola da consciência dos direitos que no passo de seus acontecimentos, constrói a consistência da autonomia cidadã, um convite em que diferentes agentes de transformação cooperam para um esquema de participação munido de proatividade. Estas experiências dividem a responsabilidade do construir coletivo, facilitam o fortalecimento de parcerias entre diferentes grupos de interesse, que se configuram em comunidades locais e grandes universidades. Investigar na escala humana esses processos "invisíveis" de

transformação pode revelar não apenas oportunidades, mas novos métodos de operação que são relevantes à mudança de paradigma da sociedade contemporânea. Saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada do saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida e valores éticos desejamos. A tentativa de mudar a forma como se vê, usa e compõe nosso meio ambiente urbano é muito mais que a liberdade individual de buscar o acesso a recursos urbanos, é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade, um direito coletivo, e não individual. Essa visão adere ao caminho transversal de pensamentos sobre planejamento, onde o conhecimento da causa é tão importante quanto a necessidade de agir. Os novos coletivos cidadãos estão longe do antigo pensamento político globalizado em que se pensava globalmente e agia localmente. Hoje, esses agentes têm a consciência e as práticas dirigidas pelo pensar local e o agir global, pois dentro dos propósitos utópicos permitidos à eles, células imaginais da nossa sociedade, a qualidade das partes influencia diretamente na excelência do todo.

Estes movimentos estão longe de pensar a mudança como um processo que existe de cima para baixo, ou seja, pensado no 'alto' (globalmente) e realizado em 'baixo' (localmente). Se defende uma mudança "sentida, experimentada e expressa" por cada um e 'conectada com todos'. (NUNES e MALTCHEFF, 2014 p. 30)

Hoje mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras. A experiência participativa é um dos melhores métodos de se usufruir do seu direito sobre a cidade, atestada por NUNES (2006), sua essência se constitui no princípio de que participar e se engajar em ações coletivas significa um processo de aprendizagem da cidadania. A participação comunitária gera *feedback* positivo e certamente esses projetos, focados nos problemas reais das comunidades, incentivam a permanência e o suporte de quem esteve envolvido. Um dos objetivos principais no processo construtivo da experiência é a democratização. Aprendemos melhor com os modelos práticos do que com os teóricos, a prática é a materialização do conhecimento e isso é fundamental. Movimentos sociais apenas cumprem seus propósitos sociais e políticos quando são protagonistas de suas ações, pois é a mais perfeita demonstração da democracia participativa. A participação dos envolvidos acerca do urbanismo ajuda na percepção diante de decisões relevantes, pois participar é simplesmente tomar

posse dos elementos de discussão e das decisões, é onde se processa todo o sentido da pedagogia participativa, intervindo na cidade de modo participativo, e assim como disse Mao Tse Tung, líder revolucionário chinês, “uma fagulha pode incendiar uma pradaria”.

### **3.1. Amadurecimento**

Tão importante quanto os objetivos do projeto, é a construção do bem estar entre as relações internas do grupo, é comum em eventos (participativos ou não) haver desgaste por conta da pressão em conquistar resultados finais positivos. Em qualquer ação que envolva recursos humanos é importante atentar para as relações pessoais e do coletivo, pois estão diretamente ligadas ao nível de comprometimento e de eficiência prestativa, responsável por manter o foco da atividade em curso. Quando se busca constituir um coletivo cidadão, o processo passa por fases de afirmação, onde as ideias discutidas, esclarecidas e aceitas, são postas a prova diante das adversidades do dia a dia. Toda ideia inovadora passa por estágios de incertezas e principalmente amadurecimento, pode-se mesmo dizer que um projeto que não passou por este tipo de situação, tem pouca chance de dar certo.

Os problemas que surgem podem e devem ser balizados, quando a interação do grupo é baseada na geração de conflito o ganho final é sempre excludente, pois apenas uma das partes terá êxito na discussão, em contra partida, quando todo o processo é discutido e conduzido de maneira coordenativa, é compreendida a necessidade de comunhão das partes para que o grupo e o projeto saiam ganhando. “A discordância oferece ao coletivo a possibilidade de progredir e de não se trancar dentro de ‘uma verdade’” NUNES e MALTSCHEFF (2014, p.51). As dificuldades sempre aparecerão nas etapas de construção e ordenamento das ações, é possível que haja falta de compromisso de alguns ou a posse do poder por alguém que se sinta no direito, dificuldades financeiras ou contratempos, assim é necessário ter prudência e flexibilidade, buscar novas formas de investimento, organização, substituindo algumas decisões por outras tão relevantes quanto, mas que desempenhem o mesmo papel que se pretendia antes. Tudo isso faz parte das etapas de crescimento e amadurecimento das experiências, a perda da visão primeira que uniu o coletivo é aparente em certos grupos, algumas pessoas sabem lidar muito bem com momentos desafiadores, e atribuem-no até como parte do

processo criativo das iniciativas, no entanto, o que muitas vezes não se percebe é que para cumprir qualquer tentativa é preciso uma característica básica: concentração, sem atenção e persistência, dificilmente se atinge qualquer objetivo. Uma iniciativa coletiva permite, por natureza humana, situações de conflito, saber gerenciá-las é uma das formas de se manter o foco e ampliar as conexões para que tudo flua como planejado.

Uma das primeiras aprendizagens para o coletivo que vive esta passagem consiste em reconhecer este momento particular, aceitar que esta é uma etapa indispensável e aprender a partilhar em conjunto um diagnóstico para caracterizar a situação. Compartilhar um diagnóstico do grupo é muito simples de dizer. Contudo, a prática mostra que este parece ser um dos exercícios mais difíceis para os coletivos, e em particular para aqueles que estão convencidos da força e da justiça de seu ideal. (NUNES e MALTSCHEFF, 2014 p. 34)

Quando inovamos na forma de agir, de pensar e até mesmo de trabalhar, o momento de euforia e autoconfiança sobrepõe toda e qualquer adversidade, porém a realidade dos fatos devem ser sempre considerada, pois, ao mesmo tempo em que se mantém fator limitante, é o propulsor da criatividade, seja para um projeto de curto, médio ou longo prazo. É necessário buscar a consonância dos pensamentos e atitudes para que não se perca o entusiasmo. Nos momentos em que ele começa a desaparecer, o diagnóstico da situação é necessário e busca conhecer os pontos chave da crise é fundamental entender a fase em que o grupo se encontra, e trabalhar para ter a real dimensão do que deve ser feito para evitar o fracasso, antecipando assim os cenários dos possíveis problemas. A utopia, como citada anteriormente, serve para isso, dar perspectivas novas e avaliar as potencialidades das possibilidades, não se trata de um mundo imaginário, mas de ideias inovadoras realizáveis, criativas e coletivamente acolhidas.

Conclui que a realidade que ai está não é boa para o homem e crê que é possível concretizar outra são; os dois momentos mais importantes da teoria de Freire sob a designação de utopia. Esses momentos são o de "denúncia" e "anúncio". "Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo, para que os homens possam ser mais". (FELIPE, 1979 p.71)

A busca do sentir-se útil e do "ser mais" proposta por Paulo Freire, influi nos resultados, nesse patamar de comprometimento, o todo é tão importante quanto as partes. Afirmando que os homens são seres que se superam, e olham para o futuro,

“seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal para os quais ver o passado não deve ser mais que um meio para compreender claramente quem são e o que são, a fim de construir o futuro com mais sabedoria” FREIRE (1979) *apud* FELIPE (1979, p.71). Quando o grupo externaliza a ideia com os demais, toda a energia se volta em torno do fazer, seja de produção intelectual, artística, social, ou ecológica, pois trabalham no sentido de amenizar as desigualdades aparentes em qualquer que seja o seguimento da atividade.

Observa-se que os coletivos que tem um tema mais centrado sobre a atividade interna procuram com clareza um certo bem estar na vivência grupal. Para estes, levar em conta todo o tempo os processos internos que estão acontecendo entre os participantes, é essencial. (NUNES e MALTCHEFF, 2014 p.57)

As particularidades de cada um, sejam elas defeitos ou capacidades, podem ser modeladas de acordo com o que se deseja realizar dentro dos objetivos gerais da equipe, assim como trás no livro *Novos Coletivos Cidadãos*, é necessário conhecer ao menos: Qual é seu desafio pessoal neste grupo? O que veio buscar? O que trás para acrescentar? São simples questões, mas de grande relevância, haja vista que conhecendo melhor suas potencialidades e encarando os desafios abertamente, as soluções simplesmente surgem. “É difícil para o indivíduo se expor diante dos outros, deixar aparecer suas fraquezas e até seus desejos de dominação”, mas muitos problemas seriam evitados se for trabalhado a consciência compartilhada.

Na origem dos projetos coletivos há, frequentemente, uma ou mais pessoas portadoras de uma ideia, de uma intenção a germinar. Esta intenção atrai cidadãos e cidadãs e vai focalizar a dinâmica do coletivo nascente, agrupado em torno da pessoa ou do pequeno grupo fundador. Este processo é necessário para que o projeto possa decolar, para que a intenção do grupo possa ter uma “existência no mundo” e ter visibilidade. Os fundadores baseiam sua legitimidade no fato de estarem na origem do projeto [...], neste caso torna-se ainda mais importante formalizar o mais claro possível um sistema de governança interna, mesmo que este último seja evolutivo e aberto (NUNES e MALTCHEFF, 2014 p.41)

A interiorização do estigma de que qualquer projeto, trabalho, ação, ideia que seja necessite de alguém para ditar os padrões operacionais, ou até mesmo como se deve fazer e por que, é presente em grande parte das sociedades, pois nos acostumamos a manejar nossas ações a partir de alguém que esteja presente determinando nossos avanços. Há uma grande diferença entre liderar pelo exemplo

e liderar por determinação, enquanto um busca a mobilização, o aprendizado através de si e para com o próximo, o outro procura convencer os demais através de uma postura persuasiva sobre seu poder particular de melhorar a tudo. Liderar é uma saída do mundo privado para o engajamento nos problemas do outro, nas experiências participativas naturalmente é estabelecido àqueles que tentam manter a coerência dos ideais, ou à pessoa que teve a iniciativa do projeto, mas que certamente tem pretensão de manter o foco do grupo e do Coletivo.

A melhor maneira de persuadir as pessoas de que elas têm capacidade de agir em conjunto consiste em promover pequenas vitórias. Isso pode se dar de várias formas, até a mais modesta, como destacar, diante dos habitantes, o sucesso de uma reunião produtiva do ponto de vista da tomada de decisões. É preciso sobretudo apresentar desafios simples, no início, e maiores, com o tempo. (NUNES, 2006 p.120)

As relações, valores, atitudes, virtudes que o homem troca com o meio e que determina a sua existência, ajudam-no a compor uma dimensão de horizontalidade em suas ações e principalmente na estrutura de suas instituições, é o que o diferencia na humanidade. Nessas oportunidades expressam uma comunidade em potência, onde tais práticas podem se tornar comuns no futuro, para NUNES e MALTSCHEFF (2014, p.46) “saber reconhecer de forma sadia sua própria liderança abre o caminho para o reconhecimento da liderança dos outros”. Pode-se entender então a importância da relação humana em uma experiência participativa, esses agentes animadores tem a função de encorajar as ações sempre mantendo uma perspectiva pedagógica da participação.

### **3.2. Tornando o Invisível, Visível**

A discussão a cerca das experiências participativas é uma novidade, porém há algumas décadas o sentido mais humano das ações urbanísticas tem sido relevado, trazendo as pessoas para opinar sobre o meio ambiente urbano e suas relações. O caminho usual da “participação” feita basicamente pela administração pública, sugere uma ação em que o tema é discutido em reuniões, audiências públicas e etc. onde os moradores, personagens mais interessados, acabam com pouco espaço para propor soluções, já que debatem projetos prontos. A ação dos novos coletivos

cidadãos em resposta a questões como esta, foi muito bem aceita pela sociedade civil e pelas iniciativas de base comunitária.

É preciso abrir e multiplicar os canais e as experiências participativos, como estratégia de investimento em uma 'pedagogia urbana' alternativa e de valorização de resistências e focos de criatividade que mesmo quando 'pequenos', podem, por efeito de sinergia, acabar dando frutos de médio e longo prazo, em matéria de construção de consciência de direitos e prática de organização. (SOUZA, 2006 pág. 329)

O foco cooperativo nesta nova cena urbana necessita, no entanto de um sistema de suporte para a realização das ações locais onde vários segmentos sociais estão envolvidos, como a comunidade (ativistas locais, líderes comunitários, residentes, agentes culturais), que permite o compartilhamento das responsabilidades elevando a noção de que a construção coletiva funciona e estimula o engajamento cívico, uma vez que são beneficiados diretamente por suas atividades, eles sabem exatamente o que deve ser feito, as soluções "brotam" nessa relação, e é muito mais gratificante que se dispor a salas de reuniões; outro aspecto é o interesse da comunidade acadêmica, não só professores e estudantes como também urbanistas, arquitetos e pesquisadores que se interessam pelos projetos locais; a comunidade artística e cultural e parcerias financeiras a fim de conquistar recursos que ajudem a manter a realização de diversas etapas dos trabalhos desejados. Quando os recursos internos baseados no voluntariado não são suficientes, o grupo acaba redimensionando os objetivos em função das suas limitações ou procura financiamentos e/ou ajudas externas. Mas daí surge a questão trazida por NUNES e MALTCHEFF (2014, p.48) "É satisfatório ser financiado por qualquer meio para promover um projeto ou ideia?" A resposta não é única, pois varia para cada tipo de projeto, pessoa e interesse. Nesse sentido, é comum associar-se a empresas que estimulam estas ações que condiz com sua visão e missão empresarial. Alguns talvez encarem como ingenuidade, de dimensões simples, porém não percebem o quanto se pode promover grandes mudanças através destes recursos catalizadores de ganhos sociais. Mas é necessário convencer, argumentar, promover e inspirar. Essas ações coletivas podem ensinar importantes lições sobre engajamento aos jovens, através de debates locais, participação prática e ativa, liderança como parte do crescimento e da mudança de pensamentos ou do dogmatismo.

De que adianta conceber alternativas radicais para o planejamento e a gestão conservadores sem conversar com aqueles que podem ter real interesse nesse tipo de proposta, por sua própria condição de vida? De que adianta clamar por participação autêntica e bem informada sem levar as informações a quem delas precisa para formar juízo e decidir? (SOUZA, 2006 pág.266)

De uma maneira geral, os projetos surgem em resposta às questões que interferem diretamente na vida das pessoas. Se estou estressado, planejo minhas férias. Se o orçamento apertou, busco o controle dos meus gastos. Se sinto falta da natureza, cultivo meu jardim. Quando se trata do urbanismo, a natureza e a intensidade dos problemas variam de cidade para cidade assim como as propostas a se desenvolver. A cidade é isso, é o que somos, partindo tanto das experiências individuais quanto das coletivas. Percebe-se que não só se constrói através de formas materiais, mas de significados, “saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, é abrir espaço”, CALVINO (1993) *apud* SAMPAIO (1996, p.54), é tornar o invisível algo visível.

Para ROSA (2013) as ações coletivas contrastam à crítica passiva, que esperam o poder deliberativo do Estado para gerir e estabelecer as mudanças. Desenvolver estas práticas para e pelas pessoas são provas inovadoras da capacidade de reinventar a cena urbana, pois se baseiam na noção de compartilhar uma cidade que possa ser vista, usada, composta e repensada sobre importâncias sociais.

A arte urbana, por exemplo, é uma das mais belas e eficazes relações estabelecidas entre as pessoas que vivem na cidade, pois fornecem a percepção das formas e do valor dos espaços. Ela mexe com o imaginário das coisas, e permite a externalização da identidade, do ser e do pertencer. Essa intervenção urbana positiva envolve um pouco a energia comunitária, que floresceu nos últimos anos, é uma forma de expressão de sentimentos, ideias, emoções e de certa forma a transmissão de pensamentos éticos, morais e culturais, passadas ao demais na forma de desenho ou apenas simples palavras.



**Imagem 1- Poesia Urbana**

**Fonte: [streetstylepoa.com.br/Reprodução](http://streetstylepoa.com.br/Reprodução)**

A ideia de “intervenção urbana” é moderna e representa uma série de manifestações artísticas praticadas em espaços públicos, performances, grafite, teatro de rua e tudo mais que a criação permitir. Como alternativa aos circuitos “oficiais”, a arte ganha função social muito bem definida, pois a prática representa uma opção política de preencher os espaços públicos de forma interativa e trás uma nova perspectiva sobre o lugar, diversificando o uso da infraestrutura, dinamizando-a sem a noção excludente do espaço, afinal ocupar é urbanizar. A arte em si é uma ferramenta de mudança capaz de dilacerar a hierarquia de poder e formar círculos de inclusão e diálogos, pois ela transcende línguas e culturas, são captadas na mais simples admiração e identificação possível. Arte evoca sentimento, uma língua que todo mundo entende. O aprendizado vem de baixo para cima, se observar e mapear as mais variadas iniciativas cidadãos nas mais diversas cidades é possível perceber o quanto elas são espontâneas, muitas não apresentam visões estratégicas como demonstradas nos coletivos cidadãos, mas todas têm caráter tático alimentado por suas necessidades particulares. Isso ensina muita coisa, pois quando a cidade não é assistida pelos profissionais requisitados, quem realmente toma o controle sobre ela são as iniciativas comunitárias e as facções criminosas. Um dos grandes ganhos para a certificação dessas experiências certamente será o reconhecimento por parte dos urbanistas, arquitetos e demais planejadores, de que são legítimas soluções, pois em resposta à dinâmica das cidades demonstram habilidades em lidar, se envolver e mudar de acordo com os desafios. A ideia da intervenção trazida à cena urbana conduz a uma arte de inventar e intervir diretamente sobre o urbano, intervir é interagir é causar reações diretas ou indiretas, é tornar o seu meio receptivo, por

mais complexo que seja, um contexto histórico, sociopolítico e cultural que desperte o interesse no outro.

#### 4. Lidando com os Desafios do Presente

Profissionais do bem. Essa é uma das muitas denominações que se pode dar a estes agentes animadores, transformadores da própria realidade e inspiração para a segmentação de diversas outras. Derivada do latim, a expressão *pro bono*, muito utilizada em ambientes jurídicos como elemento de uma advocacia mais solidária, significa em suma “para o bem do povo”, e junto a perspectiva dos novos coletivos cidadãos, elucida suas atividades, exercidas voluntariamente, por profissionais competentes, que por compromisso social convergem habilidades para a materialização destas propostas urbanas inovadoras que tem o ser humano como elemento principal. O compromisso por assim dizer, evoca destas pessoas, a noção de que deve-se tratar os desafios do presente no próprio presente, pois diante de uma inércia da maioria que se concentra no passado ou no futuro, esta possibilidade não se resume ao dogmatismo mas a construção de uma coerência coletiva assegurando o sentido de ideias voltadas para a emergência do novo.

A metamorfose não é revolução, pois não destrói completamente o que veio antes; nem é reforma, que mantém a estrutura “consertando” alguns aspectos dela. Na metamorfose o novo e o velho convivem (no casulo) até quando o velho (lagarta) não faz mais sentido e nasce um novo ser (borboleta), e uma nova sociedade. (NUNES e MALTCHEFF, 2014 p.23)

Estabelecida através de um *insight* positivo, ou em um momento específico da vida dos envolvidos que os fizeram acreditar e desejar algo que fizesse a diferença, a ideia é construída assertivamente, pois tão importante quanto desempenhar as experiências participativas é dar base e consistência ao projeto, trabalhando logicamente em cima das idealizações e habilidades do grupo. Seguindo esse processo de transição, foi possível notar um conjunto de funções, algumas delas associada à liderança, mas que necessariamente envolve e estimula a equipe, funções essas vitais aos coletivos, pois quando conectadas e compartilhadas permitiram o bom desempenho de suas atividades. Primeiramente, foi fundamental a definição da **Visão** identitária da equipe, a ideia forte, o viés norteador das atividades, pois é a partir daí que se compreende a essência coletiva e mobilizadora

das ações. Para isso é importante que se analisasse as perguntas, “*No que somos especializados ou específicos? O que aconteceria se nós não existíssemos?*”, estes são questionamentos que ajudam a definir a identidade do grupo, eliminando, por exemplo, possibilidades de generalizar o trabalho ou perder o sentido, para NUNES e MALTSCHEFF (2014, p.63) “é uma tomada de consciência sobre o que é ou o que será feito”, intenção fundadora que em síntese destaca além dos objetivos, o funcionamento da equipe, transpondo assim perspectivas em curto prazo.

É interessante constatar a dificuldade que a maioria dentre nós tem para ‘imaginar’ um futuro que ultrapasse um ‘horizonte’ a curtíssimo prazo. É algo como se um programa interno nos impedisse de nos projetar. Todavia, é necessário constatar que se não imaginamos o futuro que desejamos, outros se encarregam de fazer isso em nosso lugar e nem sempre com a generosidade que tenderíamos a ter. Por isto, é vital desenvolver largamente esta competência no seio de coletivos, para permitir uma renovação de nossa sociedade imaginada por e para os cidadãos. (NUNES e MALTSCHEFF, 2014 p.63)

A **Expertise** ou conhecimento técnico é outra atribuição nessas experiências participativas, função que detém a base no desenvolvimento e domínios dos conteúdos necessários à realização das atividades do grupo, dando consistência e valores ao conhecimento adquirido e compartilhado, para que assim, o processo de **Animação** e *coaching* procure estabelecer uma visão mais externa das atividades, visualizando as fragilidades e as potencialidades do conjunto e dos recursos humanos envolvidos nas ações. Dessa forma, valoriza-se a estrutura de seguimento dos coletivos, a sua **Organização**, responsável por encaminhar e executar os projetos e atividades planejadas pela equipe, assim como em qualquer instituição seja ela tradicional (Estado, partidos, igrejas etc.) ou não é imprescindível ao sucesso de qualquer ação coletiva. A **Mobilização externa** nesses novos coletivos, tanto no Brechó Eco Solidário quanto aos Canteiros Coletivos, foi e é responsável por inspirar pessoas e desenvolver o interesse delas em cima das práticas propostas pelo coletivo, criando articulação com outros grupos e trabalhando em rede. E assim elaborar um processo de **Captação de recursos**, não apenas os financeiros, mas na prestação de serviços, doações, mutirões, lembrando que a constituição de parcerias foi fundamental à solidez e segurança destes projetos, pois permitiu que a execução das práticas fosse em termos gerais, bem sucedida. A **Crítica**, tão importante quanto todos os outros critérios, é fundamental, pois uma avaliação criteriosa dos seus projetos constitui a base do seu aperfeiçoamento, encontrando

nas falhas as possibilidades de evolução sobre o que se pretende trazer de novo, ao fim de cada evento ou ação participativa, os coletivos estudados a estabelecem, como em qualquer ação inovadora, em qualquer que seja o campo do conhecimento, as soluções só surgem com os questionamentos.

A promoção das iniciativas mesmo que em pequena escala, obtém de imediato respostas positivas, uma vez que se desenvolve a partir das necessidades reais das comunidades envolvidas ou das necessidades urbanas discutidas. A cidade hoje necessita do envolvimento desses processos que lidam de forma mais transversal os propósitos do planejamento urbano, cidades estas feitas de pessoas, construída por pessoas, mas não pensada para elas.

	<b>PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS/ EXPERTISE</b>	<b>AÇÃO DO PRESENTE/ VISÃO A LONGO PRAZO</b>	<b>BENEFÍCIOS À COMUNIDADE</b>	<b>GOVERNANÇA AUTOGESTIONÁRIA</b>	<b>CAPTAÇÃO DE RECURSOS/ PARCERIAS</b>
<b>BRECHÓ ECO SOLIDÁRIO</b>	Professores universitários (agente animador), alunos, profissionais da economia solidária, ativistas internacionais, representantes da rede <i>Dialogues en humanité</i> etc.	Promover diálogos, práticas e o conhecimento sobre economia solidária e meio ambiente visando o fortalecimento da cidadania e da consciência diante de práticas sustentáveis.	Valorização do indivíduo como um cidadão capacitado, unidade entre produção e reprodução dos bens, atuação em rede, relações colaborativas, valorização de aspectos culturais e ambientais etc.	Formação de comissões nucleadas e interligadas, responsáveis pelo segmento das obrigações e atividades do evento, organização e estruturação do projeto. Todos decidem.	Universidades, comunidades, empreendimentos e profissionais ligados à economia solidária, órgãos públicos e particulares etc.
<b>MOVIMENTO CANTEIROS COLETIVOS</b>	Jornalistas (agente animador), engenheiros ambientais, biólogos, permacultores, artistas plásticos, universitários etc.	Promover diálogos, práticas e o conhecimento sobre permacultura urbana, espaço público e meio ambiente, técnicas informativas e liderança.	Valorização do indivíduo como cidadão gestor do espaço público, manutenção de espaços ambientalmente sociáveis, ações coletivas e colaborativas.	Representação nucleada e interligada, responsável pelo segmento das obrigações e atividades do projeto, organização e estruturação das ações periódicas. Todos decidem.	Órgãos particulares, representações comunitárias, comunidades, instituto de permacultura etc.

Tabela 1 – Funções Vitais e Estruturação  
 Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

O interessante é que estes projetos começam em resposta a questões que afetam a vida das pessoas, e a natureza da intensidade destes problemas pode variar de cidade para cidade, por isso diversas práticas não precisam ser replicadas, mas inspiradas. Iniciativas como as apresentadas anteriormente, raramente são monofuncionais, pois são organizadas para estabelecer e manter os debates diante dos assuntos mais pertinentes aos desejos, interesses e necessidades dos cidadãos. A de se convir que para que este mundo, repleto de recursos finitos, submetido à perspectiva de um capital que prescinde do consumo e da especulação, sinta a consequência danosa de suas ações, é só uma questão de tempo. Conviver com experiências participativas mostra quanto o envolvimento afetivo destas iniciativas comunitárias é significativo. Muito mais que atividades, as experiências são e se tornam para aqueles que acreditam nas suas potencialidades, uma maneira particular de felicidade, um complemento da satisfação pessoal.

Se se quer construir uma civilização na qual o eixo principal seja o viver bem juntos, será necessário abordar as questões que o ato de conviver impõe e fazer delas assuntos centrais das transformações do futuro. Um coletivo cidadão que não tem mais prazer e alegria no engajamento conjunto está condenado a um fracasso em breve. (NUNES e MALTCHEFF, 2014 p.117)

É fato que pequenas mudanças comportamentais e/ou espaciais podem ser mais impactantes sobre a qualidade de vida dos cidadãos do que grandes obras urbanas sem bom censo, principalmente quando atendem as camadas sociais mais vulneráveis. Acreditar na determinação de ações coletivas, com lideranças e envolvimento solidário, é uma prerrogativa para a evolução de uma sociedade mais sustentável, na qual os núcleos participativos, solidários e sustentáveis coexistam e se sustentam. Estas práticas provam no dia-a-dia, nos que participam, o quanto as pessoas, a cidade, e em fim, os coletivos cidadãos fortalecem as relações e as transformações na escala humana dos seus ideais. O agir não se estabelece pela problemática do “politicamente correto”, mas pela necessidade individual de mudar numa perspectiva coletiva das experiências. A permanência do *status quo* que favoreça propostas urbanísticas verticalizadas, em uma sociedade dinâmica e economicamente limitada pelos recursos naturais como a nossa, não é mais viável, o conhecimento e as práticas surgem, se conectam e fortalece essa rede *pro bono* de ação e cidadania.

Na visão de SOUZA (2006) alguns não-conservadores se entusiasmam com a ideia da participação popular em escala local, mas receiam quanto a possibilidade de ilusão que se pode criar em torno do aspecto ingênuo e romântico que geralmente são associados à essas experiências. Entretanto acredita-se que a participação e o empoderamento local, seja nas mais variadas áreas do conhecimento é um potencializador do controle cidadão sobre questões que envolvam diretamente a sua qualidade de vida, além de forte contribuinte para o crescimento político dos indivíduos, estimulando a consciência coletiva, social, política e ambiental. Nessa leva de crescimento da cultura participativa, os novos coletivos cidadãos se movem na direção do discurso teórico e da prática efetiva. Dentro do visto até agora, poderia essas iniciativas inovadoras influenciar na forma como agimos, educamos, governamos, planejamos e construímos nossas cidades? Para aqueles abertos a novas formas de discurso, questionamento e práticas urbanas, sim! é possível, essas experiências são significativamente bem sucedidas não apenas pela análise do produto final, parâmetro para evolução das propostas posteriores, mas pela materialização dessa cultura mais engajada e participativa, que revela e estabelece novas maneiras de ler e responder às realidades urbanas. Segundo NUNES e MALTSCHEFF (2014) inspirados na “esperança do improvável” de Edgar Morin, existem três posturas simultâneas para a realização desse “sonho”, o que em síntese chama-se REV, e está conectado a “a combinação das forças da Resistência criativa, com a esperança que nasce da Experimentação criativa, ambas estimuladas por uma Visão antecipatória de um futuro melhor”, permitindo a progressão em direção à coerência e ao alinhamento entre o que se diz, o que se faz e o que se é vivido.

O benefício de se pensar a cidade tendo as pessoas como elemento principal é ao mesmo tempo óbvio e elucidativo, nos últimos 50 anos, a dimensão humana foi seriamente negligenciada no planejamento urbano, para Jan Gehl<sup>2</sup> é um problema materializado pela falta de estudos e de visão de alguns urbanistas para o que ele chama de *ground floor*, o nível da rua. Desde o início do século XXI, fundamentos defendidos por ele e pelo urbanista brasileiro Jaime Lerner, tem se configurado e despertado o interesse de diversos profissionais que começaram a enxergar a exceção como regra, construir cidades para pessoas. E é nessa perspectiva que se

---

<sup>2</sup> Em entrevista dada à revista Arquitetura e Urbanismo, Edição 215 - Dezembro/2011, editora PINI.

começa a utilizar princípios ligados ao Ecourbanismo e à Permacultura urbana, que têm por essência condicionar o espaço urbano tendo os elementos naturais como modeladores. Esse ambiente em síntese oferece princípios e ferramentas para o planejamento considerando a implantação e a manutenção de ecossistemas cultivados nas cidades, de modo que eles tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais, essa proposta, prevê planejar o espaço com foco mais humanitário, priorizando a qualidade de vida, e a continuidade das ações, pois pessoas não precisam ser cuidadas, mas sentir-se incluídas no cuidar. Para NUNES e MALTCHEFF (2014) o desafio destas emergências e projetos de mudança estará, nos próximos anos, em conseguir uma forma política e inédita de se manter a coerência; o respeito à biodiversidade social; as transformações cooperativas, aprendendo a desconstruir nossos padrões organizacionais para aflorar novos modelos; instaurar um canal de abertura e inclusão transformando os velhos modelos administrativos a partir do espírito de corresponsabilidade.

A aprendizagem de um novo viver e de uma nova forma de ser individual e coletiva torna-se a chave da 'passagem', da transição, do antigo para o novo mundo. Esperar construir mudanças políticas ou de civilização, sem essa chave é algo como querere escrever uma nova história do mundo sem conhecer o alfabeto. (NUNES e MALTCHEFF, 2014 p.145)

## 5. Considerações Finais

Há muito se acreditava na fraqueza da representação e atuação popular nos cenários urbanos, o que se via era a imposição de uma fraca política e a tomada do poder por aqueles que democraticamente elegemos para nos representar, seja na política, em nossas vidas particulares e/ou espirituais. A democracia, tida como participativa, não passava de um produto propagandístico que por muitas vezes iludia quem mais precisava dela, o povo. No passo da evolução social e informativa, foi possível perceber que hoje essas experiências participativas se transformaram em um indicativo de como a democracia se comportará nos próximos anos, onde a presença popular se manterá em consonância com as necessidades urbanas. A sociedade está cada vez mais disposta e preparada a se fazer presente e atuante nas questões políticas que envolvam o seu bem estar. Participar e observar as ações do Brechó Eco Solidário e do Movimento Canteiros Coletivos me fez perceber e enaltecer a veracidade das experiências, onde redescobrir, inovar e conviver

nesses princípios participativos permite o crescimento da coletividade. Aos poucos, mas assertivamente, esses coletivos cidadãos vão incorporando no dia-a-dia, práticas, hoje vitais ao seguimento dessa nova fase das resistências criativas. Essa quebra do padrão burocrático que está estabelecido nos sistemas políticos eleva a força da participação cidadã, pois as cidades agora se permitem serem pensadas e conduzidas por desejos populares que se manifestam a favor do coletivo. O que há de mais poderoso ao cidadão do que muni-lo de ferramentas ativas para o exercício pleno da sua cidadania?

Apostar nestas práticas urbanas criativas é apostar na criação de novos caminhos que subvertem o contexto das ações sociais mais antigas, pois dão a elas novas perspectivas, novos desafios e reais necessidades. Nos últimos tempos esses grupos comunitários têm se tornado mais visíveis, pois é possível gerar espaços de debate com diversos atores cidadãos. Como nenhum município pode satisfazer todas as necessidades urbanas pontualmente, é preciso valorizar e estimular as organizações que capacitam e participam do *quórum* de construção social do espaço urbano permitindo que essa rede de parcerias viabilize o crescimento de novos projetos cívicos. A descrença sempre haverá de existir, seja na esfera social, política ou profissional. Mas a fortaleza desses coletivos é construída de dentro para fora, com visões enraizadas, princípios assegurados e principalmente força de vontade. São minorias, talvez invisíveis, mas trabalham em comunidade, pois quando um se fortalece, todos são consagrados e seguem acreditando que no passo das transformações, a metamorfose é a melhor delas. O espaço urbano como lugar de criação e expressão de inteligências coletivas precisa ser ocupado e estimulado, e assim como diz Dom Quixote na obra de Miguel de Cervantes, mudar o mundo, ou nosso círculo ativo de participação, não é uma questão de loucura nem de utopia, mas de justiça.

## REFERÊNCIAS

DIDONÊ, Débora - **Experiência participativa: Canteiros Coletivos**. Salvador/BA, 07 de Junho 2014. Entrevista concedida a Sibelle Brito Gomes.

FELIPE, Sônia T. - **O Conceito de Utopia na proposta Paulofreireana**, In: O elemento utópico na pedagogia do oprimido - PUC/RS, 1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – **Censo Demográfico de 2013**.

Ministério do Trabalho e do Emprego - **O que é economia solidária**. Disponível em <[http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)> Acessado em 31 de Maio de 2014

NUNES, Débora - **Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades**. Tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002. 130p.

\_\_\_\_\_. - **Brechó eco solidário: uma experiência de extensão na UNIFACS**. Salvador/BA, 14 de Junho 2014. Entrevista concedida a Sibelle Brito Gomes.

NUNES e MALTSCHEFF - **Os novos coletivos cidadãos**. Simões Filho: Editora Kalango, 2014 p.154.

**O direito à cidade nas manifestações urbanas**: entrevista com David Harvey – Tradução de Artur Renzo, Blog da Boitempo. Publicado em inglês em The Occupied Times of London, Agosto de 2013. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-direito-a-cidade-nas-manifestacoes-urbanas-entrevista-com-David-Harvey/4/28299> > Acessado em 02 de Maio de 2014

**Portal Canteiros Coletivos**. Disponível em < <http://canteiroscoletivos.com.br/>> Acessado em 01 de Abril de 2014.

**Portal Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania**. Disponível em < <http://redeprofissionaisolidarios.objectis.net/>> Acessado em 01 de Abril de 2014.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - **Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. Disponível em <[http://www.pnud.org.br/IDH/AtlasSalvador.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_AtlasRegioesMetropolitanas](http://www.pnud.org.br/IDH/AtlasSalvador.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasRegioesMetropolitanas) > Acessado em 02 de Abril de 2014.

ROSA, L. Marcos - **Handmade urbanism**. Editora Jovis, 2013. 224p.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro L. – **Cidade ideal, imaginação e realidade**, In: Revista de Urbanismo e Arquitetura. Vol.4 N°1, 1996.

SANTOS, Kátia – **Experiência participativa: Brechó eco solidário**. Salvador/BA, 11 de Junho 2014. Entrevista concedida a Sibelle Brito Gomes.

SOUZA, Marcelo Lopes – **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006. 632p.

## APÊNDICE I

### Questionário

#### Descritivo

1. O que é o projeto?
2. Como funciona?
3. Quem são os participantes?
4. Com que finalidade é desenvolvido?
5. Principais elementos/características?

#### Analítico

- 1) Como as parcerias estabelecidas fortaleceram o projeto? Que necessidades elas preencheram quando foram formadas?
- 2) Quais os principais desafios enfrentados e como foram superados?
- 3) Qual a principal característica que atrai a presença de jovens em iniciativas como esta?
- 4) Como você avalia a evolução do projeto nesses anos, em relação aos objetivos antes buscados, sofreu alguma mudança?
- 5) Existe algo em particular na cultura do município de Salvador que contribui para a natureza do projeto?
- 6) Existe interesse ou articulação com o poder público local/estadual? Se houver como ela se dá?
- 7) Existe conexão com outras entidades ou movimentos? E relações internacionais?
- 8) Qual a diferença no funcionamento interno do coletivo em relação aos coletivos tradicionais (poder público/partido)?